

PROCESSO PIMB 00002936/2018.

OBJETO: Demolição e Realocação da Draga Sergipe - Contrato: 006/2019.

JULGAMENTO

Considerando o Processo PIMB 00002936/2018, que trata de Processo Administrativo de Responsabilização, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e Decreto Estadual nº 1.106/2017, vieram os autos para proferir decisão administrativa em sede de PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, conforme prevê o art. 24 da norma estadual citada.

RELATÓRIO:

Trata-se de processo instaurado para fins de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), tendo em vista atos praticados por gestores e prepostos da empresa Magma Engenharia Eireli, CNPJ 26.211.457/0001-39 (tendo seu nome social sido alterado posteriormente para DNC - Dragagem, Naval e Civil LTDA¹), no âmbito do Contrato Administrativo nº 06/2019 (fls. 340/347), decorrente a imputação de apresentação de comprovante de pagamento ilegítimo, caracterizando-se fraude na execução do referido contrato, conduta tipificada pelo art. 5º, inciso IV, alínea “d”, da Lei Federal nº 12.846/2013.

Os autos foram remetidos à Controladoria-Geral do Estado que, por meio de seus órgãos internos (Corregedoria-Geral do Estado e Gerência de Responsabilização de Entes Privados e de Combate à Corrupção) emitiu a Informação CGE Nº 304/2022, aferindo a regularidade da portaria de instauração do PAR (Portaria nº 42/2022).

Foi intimada a Notificada via e-mail e whatsapp, conforme dispõe o art. 13, §2º, do Decreto Estadual nº 1.106/2017², norma aderente ao que dispõe os arts. 15, 188 e 277 do CPC/2015, restando frutífera, pois houve manifestação da Notificada.


Constam dos autos que, durante a execução do Contrato Administrativo nº 06/2019 (fls. 0340-0347), a Pessoa Jurídica Notificada, então denominada MAGMA ENGENHARIA EIRELI, sofreu penalidade administrativa de multa, no valor de R\$ 123.500,00 (cento e vinte e três mil e quinhentos reais), bem como teve o contrato rescindido, conforme Auto de Infração nº 07/2020, que teve por fundamento jurídico a inexecução total do objeto do contrato.

Ou seja, ante a não execução do contrato houve a aplicação de penalidade de multa e de rescisão unilateral do contrato, sendo que a celeuma do presente processo ocorreu durante a cobrança da multa que foi aplicada.

¹ Conforme é possível verificar do Cartão CNPJ, disponível no site oficial da Receita Federal do Brasil - https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp

² § 2º As intimações serão feitas por meio eletrônico, via postal ou por qualquer outro meio que assegure a certeza de ciência da pessoa jurídica acusada. (Redação dada pelo Decreto nº 899/2020)

A partir do trânsito em julgado administrativo do processo que aplicou as sanções de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato (R\$ 123.500,00), suspensão de 12 (doze) meses para contratar com a Notificante SCPAR e Rescisão do Contrato nº 006/2019, houve a tentativa de cobrança do valor da referida multa, tendo sido instaurado procedimento junto à seguradora do Contrato (JUNTO SEGUROS), conforme e-mail da própria seguradora, vejamos:



LUIS FERNANDO CLASEN <luis.clasen@portodeimbituba.com.br>

Seguro Garantia – Registro – Apólice 06-0776-0160874 – Protocolo: 448445

sinistro@juntoseguros.com <sinistro@juntoseguros.com>
Para: luis.clasen@portodeimbituba.com.br

4 de dezembro de 2020 16:15

Prezado Segurado,

Seu registro referente a apólice nº 06-0776-0160874 foi recebido com sucesso. Seu protocolo é: 448445.


Em breve você receberá um novo e-mail com a confirmação da abertura do procedimento interno pelo Departamento de Sinistro, instruções sobre os próximos passos do processo e o número definitivo do registro.

Lembre-se de enviar os documentos descritos na apólice para o prosseguimento do seu registro.

Ainda, compete à esta Seguradora a análise dos descumprimentos informados, para determinar se o registro feito se trata de uma expectativa de sinistro ou sinistro, afastando, desta forma, qualquer conotação de reconhecimento de cobertura securitária por esta Seguradora.

Por fim, informamos que após a análise das informações enviadas, novas informações, documentos e/ou diligências poderão ser solicitadas pela Seguradora no intuito de subsidiar a conclusão da análise do seu registro.

Cordialmente,



Canal de Sinistro
sinistro@juntoseguros.com
(41) 3208-9334
(41) 3281-9172
juntoseguros.com

Sistema de Sinistro



SEGURO GARANTIA – AVISO DE EXPECTATIVA DE SINISTRO

À/Ao

SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A..

Expectativa de Sinistro nº 10354

Apólice nº: 06-0776-0160874

Tomador: DNC - DRAGAGEM, NAVAL E CIVIL EIRELI

Segurado: SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.

Prezado Segurado,

Acusamos o recebimento de seu comunicado relativo a inadimplência do tomador.

Informamos que a expectativa de sinistro foi registrada internamente sob o número **10354**.

Solicitamos a V.Sa. que apresente outras informações e/ou documentos que considere pertinentes para análise e instrução do caso por esta Cia. Seguradora, por meio do endereço eletrônico sinistro@juntosseguros.com. O número indicado acima deverá ser utilizado como referência para o envio destas e outras informações.

Por oportuno, registramos que estamos buscando contato com o tomador, para obter informações sobre as providências que estão sendo adotadas para solucionar as pendências apontadas.

Ressaltamos que o recebimento da documentação enviada por V.Sa. não implica qualquer reconhecimento de cobertura securitária por esta Seguradora, que poderá solicitar outras informações e documentos no intuito de subsidiar e instruir a análise da presente Expectativa de Sinistro.

Excepcionalmente, tendo em vista as proporções das medidas de prevenção à pandemia do COVID-19, esta Cia. Seguradora informa que as comunicações relativas ao caso serão estabelecidas pela via eletrônica, ficando nossos canais de comunicação eletrônico e telefônico à disposição para quaisquer informações.

Contudo, após longo trâmite processual perante a SEGURADORA, em 25/02/2021 sobreveio correspondência **informando a QUITAÇÃO do valor da multa por parte da MAGMA / DNC**, nos seguintes termos:



CE nº 0645/2021

Curitiba, 25 de fevereiro de 2021

À

SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A

A/c Sr. Luís Fernando Clasen

Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 100, Centro

Imbituba - SC

CEP 88780-000

Ref. Regulação de Sinistro

Apólice de Seguro Garantia nº 06-0776-0160874

Modalidade: Executante Prestador de Serviços

Segurado: SCPAR Porto de Imbituba S.A

Tomador: Magma Engenharia Eireli

Limite Máximo de Garantia: R\$ 123.500,00

Incidente: 10543

Referência Interna: Contrato nº 006/2019

Prezado Senhor,

Informamos que, após a emissão do Relatório Final de Sinistro (CE0436/2021), o Tomador encaminhou ao conhecimento desta Cia. Seguradora comprovante da transferência realizada em 12 de fevereiro de 2021 em favor da SCPAR Porto de Imbituba S.A no valor de R\$ 123.500,00 (cento e vinte e três mil e quinhentos reais).

Desse modo, diante da quitação da penalidade aplicada por descumprimento do Contrato nº 006/2019, comunicamos a perda do objeto da reclamação de sinistro e o encerramento do presente processo de regulação.

Neste momento, a **SEGURADORA afirma que houve o pagamento, via transferência bancária, em favor da SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A., em 12/02/2021, no valor de R\$ 123.500,00.**

Aqui que começa de fato o presente processo, pois com esta informação o Fiscal do Contrato requisitou ao Setor Financeiro que verificasse a realização de depósito nas contas bancárias da empresa naquela data e naquele valor, vejamos:

Verificação de Depósito

2 mensagens

LUIS FERNANDO CLASEN <luis.clasen@portodeimbituba.com.br>
Para: Marcos Deininger <marcos.deininger@portodeimbituba.com.br>

25 de fevereiro de 2021 10:59

Prezado Marcos,

Requisito a verificação da realização de depósito na conta da SCPAR Porto de Imbituba S.A., nos meses de janeiro e fevereiro de 2021, no valor de R\$ 123.500,00 (cento e vinte e três mil e quinhentos reais).

Favor repassar o resultado da verificação.

Atenciosamente,

Luis Fernando Clasen
Analista Portuário - Engenheiro Mecânico
Setor de Obras e Infraestrutura

Tendo assim respondido o Setor Financeiro:

Marcos Deininger <marcos.deininger@portodeimbituba.com.br>
Para: LUIS FERNANDO CLASEN <luis.clasen@portodeimbituba.com.br>

25 de fevereiro de 2021 11:29

Bom dia,

Não foram encontrados depósitos de R\$ 123.500,00 no período solicitado.

Atenciosamente,

Marcos Deininger
Administrativo Portuário
Setor Financeiro

A par deste fato (*não ter sido o dinheiro creditado nas contas bancárias da Notificante SCPAR*), o Fiscal do Contrato entrou novamente em contato com a SEGURADORA, requisitando o comprovante do depósito.

Conforme os e-mails abaixo, a SEGURADORA, por sua vez, requisitou o envio do comprovante ao representante da DNC / MAGMA, vejamos:

----- Mensagem encaminhada -----

From: diego passos <magma.eng.comercial@gmail.com>
 To: Junto Seguros - Sinistro Operacional <sinistro@juntoseguros.com>
 Cc: "dudaadv@terra.com.br" <dudaadv@terra.com.br>, "passos@absnaval.com.br" <passos@absnaval.com.br>
 Bcc:
 Date: Fri, 12 Feb 2021 22:35:18 +0000
 Subject: Re: (GCF) [TOM - CE 402.2021] SIN 10543 (ESIN10354) [P] - MAGMA ENGENHARIA (DNC DRENAGEM) X SCPAR PORTO (06-0776-0160874)

ATENÇÃO: [E-MAIL EXTERNO]: Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça a fonte deste e-mail e saiba que o conteúdo é seguro. Por favor, qualquer e-mail suspeito deve ser enviado para seguranca@juntoseguros.com e em formato de anexo.

Boa noite!

Prezados,

Segue em anexo, comprovante de pagamento. Como também nossos dados bancários.

Banco do Brasil
 AG: 1686-1
 CC: 34463-X
 CNPJ: 26.211.457/0001-39

Atenciosamente,

Diego Passos

Tal mensagem continha o comprovante em anexo, vejamos:

```

12/02/2021    - BANCO DO BRASIL -    17:02:38
307403085          SEGUNDA VIA          0005
          COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
          DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: D N C - DRAGAGEM NAVAL E CIVIL EIRELI
AGENCIA: 1686-1          CONTA:          34463-X
=====
DATA DA TRANSFERENCIA          12/02/2021
NR. DOCUMENTO          658.697.000.056.479
VALOR TOTAL          123.500,00
***** TRANSFERIDO PARA:
CLIENTE: SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.
AGENCIA: 3582-3          CONTA:          5801-7
NR. DOCUMENTO          583.074.000.108.200
=====
NR.AUTENTICACAO          2.56R.9B4.8R1.6D7.FA7
  
```

De posse de tal comprovante, a **Fiscalização do Contrato** requisitou ao **Setor Financeiro** que apurasse junto ao Banco do Brasil a autenticidade do comprovante, conforme se verifica das mensagens abaixo:

(GCF) [SEG - CE 645.2021] SIN 10543 (ESIN10354) [P] - MAGMA ENGENHARIA (DNC DRENAGEM) X SCPAR PORTO (06-0776-0160874)

LUIS FERNANDO CLASEN <luis.clasen@portodeimbituba.com.br>
Para: Marcos Deininger <marcos.deininger@portodeimbituba.com.br>

2 de março de 2021 12:06

Prezado Marcos,

Poderia conferir os dados apresentados no comprovante de depósito em anexo, se correspondem aos dados bancários da SCPAR Porto de Imbituba S.A., assim como verificar a existência da operação, dentro dos recursos que o Setor Financeiro possui?

Atenciosamente,

Luís Fernando Clasen
Analista Portuário - Engenheiro Mecânico
Setor de Obras e Infraestrutura

Marcos Deininger <marcos.deininger@portodeimbituba.com.br>
Para: age3582@bb.com.br
Cc: LUIS FERNANDO CLASEN <luis.clasen@portodeimbituba.com.br>

2 de março de 2021 13:08

Prezados,

Solicito que seja conferida a autenticidade do comprovante anexo.

Caso autêntico, solicito o motivo do valor não estar no extrato de nossa conta corrente.

Atenciosamente,

Marcos Deininger
Administrativo Portuário
Setor Financeiro

E a resposta do Banco do Brasil:

----- Forwarded message -----
De: <age3582@bb.com.br>
Date: ter., 2 de mar. de 2021 às 15:59
Subject: Re: Comprovante - Autenticidade
To: <marcos.deininger@portodeimbituba.com.br>

Boa tarde Marcos,

Comprovante de transferência não localizado.
Não consta em nossos registros transferência realizada para a conta informada.

Atenciosamente,
Denise
Assistente
Agência 3582-3 Setor Público SC

Banco do Brasil S.A.
Praça XV de Novembro, 329 - 5º ANDAR - Centro, Florianópolis - SC

Neste ponto, considerando que a **SEGURADORA** se negou a cobrir o sinistro em razão de suposto

pagamento, bem como constatado que houve a fraude na execução do contrato, pois não reconhecido pelo banco o referido comprovante de transferência bancária, fora expedida nova Notificação à SEGURADORA, informando do não pagamento.

Após longo trâmite perante a SEGURADORA, houve a quitação do valor em 23/04/2021.

Com efeito, a conduta perpetrada pela Pessoa Jurídica Notificada (DNC / MAGMA) em falsificar comprovante de pagamento faz incidir a norma do art. 27 da Lei Federal nº 12.846/2013³ e do art. 6º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 1.106/2017⁴, que determina que a Autoridade Competente, ao tomar conhecimento de conduta infracional e não adotar as providências, poderá ser responsabilizada.

Após a decisão de mérito no Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, houve a interposição, por simples petição, de PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, com fundamento na norma do art. 24 do Decreto Estadual nº 1.106/2017.

Sobrevém os autos para nova decisão.

É o relatório.

DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Dada a simplicidade do pedido de reconsideração encaminhado no corpo do e-mail, transcrevo-o integralmente:

Boa tarde.

A título de pedido de reconsideração da penalidade imposto, além das razões já existentes nos autos, a recorrente pugna pela juntada dos pagamentos feitos à seguradora, a título de acorfo [SIC] firmado, com o intuito de demonstrar que não houve prejuízo a quaisquer partes, uma vez que a multa do contrato fora quitada e, quando esta indagada pela parte seguradora, firmou acordo com esta.

Assim, diante de inexistência de prejuízos, pugna pela reconsideração da sentença proferida, para julgar improcedente a cobrança.

Att.

*Carlos Eduardo Fagundes
OAB/SC-18.866*

³ Art. 27. A autoridade competente que, tendo conhecimento das infrações previstas nesta Lei, não adotar providências para a apuração dos fatos será responsabilizada penal, civil e administrativamente nos termos da legislação específica aplicável.

⁴ Parágrafo único. A autoridade competente que, tendo conhecimento das infrações previstas na Lei federal nº 12.846, de 2013, não adotar providências para a apuração dos fatos será responsabilizada penal, civil e administrativamente, nos termos da legislação específica em vigor.

Junto com a manifestação, houve o encaminhamento de comprovante de transferência bancária datado de 20/01/2022, no valor de R\$ 5.813,47, de DNC DRAGAGEM NAVAL E CIVI para Junto Seguros S.A.

Conforme se observa, os argumentos trazidos para nova análise em nada inovam, apresentando novamente que não houve dano às partes.

Contudo, conforme amplamente exposto em sede de decisão administrativa, o fundamento em que se baseia a penalidade não é unicamente o prejuízo, ou seja, o bem jurídico tutelado pela Lei Federal nº 12.846/2013 é outro.

A lei tipifica, em seu art. 5º, os atos que atentem contra o patrimônio nacional e estrangeiro, contra os princípios da administração pública ou contra compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Nesse sentido, no pedido de reconsideração, assim como apresentado em defesa, não há fundamentos de fato ou de direito que afastem a tipificação da conduta, na forma praticada pela ora Requerente, conforme exposto no processo.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, utilizando como fundamento da decisão os argumentos de fato e de direito consignados no Relatório Conclusivo e na primeira Decisão Administrativa e demais documentos constantes dos autos, CONHEÇO DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se na íntegra a decisão que aplicou à Notificada DNC - Dragagem, Naval e Civil LTDA (antiga MAGMA ENGENHARIA EIRELI) CNPJ 26.211.457/0001-39, sanção de multa no valor de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais), pela prática de ato previsto no art. 5º, inciso IV, alínea “d”, da Lei Federal nº 12.846/2013.

Nos termos do art. 34 do Decreto Estadual nº 1.106/2017, fica determinada a Publicação Extraordinária da decisão no **prazo de 30 (trinta) dias**:

I - no Diário Oficial do Estado;

II - em meio de comunicação de grande circulação em Imbituba/SC (sob as expensas da Notificada), pelo período de 30 (trinta) dias;

III - em Edital afixado na sede da SCPAR Porto de Imbituba S.A., pelo período de 30 (trinta) dias.

Intime-se a Notificada para que pague a totalidade do valor da multa no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente decisão (art. 33, Decreto Estadual nº 1.106/2017), e para que publique a presente decisão em na página principal de seu sítio eletrônico pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias (art. 34, Decreto Estadual nº 1.106/2017).

Adotem-se as providências dos arts. 23, 34 e 61 do Decreto Estadual nº 1.106/2017.

Publique-se.

Registre-se.

Intime-se.

Imbituba, *data da assinatura digital*.

Assinado digitalmente

Luís Antonio Braga Martins
Diretor-Presidente
SCPAR Porto de Imbituba S.A.

Assinado digitalmente

Christiano Lopes de Oliveira
Diretor de Assuntos Jurídicos e Regulatórios
SCPAR Porto de Imbituba S.A.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **X23D49UZ**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA (CPF: 023.XXX.759-XX) em 05/09/2023 às 16:57:28

Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/02/2023 - 15:06:19 e válido até 10/02/2123 - 15:06:19.

(Assinatura do sistema)



LUÍS ANTÔNIO BRAGA MARTINS (CPF: 663.XXX.687-XX) em 05/09/2023 às 17:05:33

Emitido por: "SGP-e", emitido em 05/08/2020 - 14:41:41 e válido até 05/08/2120 - 14:41:41.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/UEINQI8xMzc3MV8wMDAwMjkzNI8yOTM3XzlwMThfWDIzRDQ5VVo=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **PIMB 00002936/2018** e o código **X23D49UZ** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.